

Legislação Aplicável – Resíduos Sólidos

Federal:

LEI FEDERAL nº 7.802/89, dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

LEI FEDERAL nº 11.445/07, estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766/79, 8.036/90, 8.666/93, 8.987/95; revoga a Lei nº. 6.528/78.

LEI FEDERAL nº. 12.305/10, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605/98.

DECRETO FEDERAL nº 875/93, promulga o texto da Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.

DECRETO FEDERAL nº 4.581/03, promulga a Emenda ao Anexo I e Adoção dos Anexos VIII e IX à Convenção de Basileia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito.

DECRETO FEDERAL nº. 7.404/10, regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa.

DECRETO FEDERAL nº 7.217/10, regulamenta a Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

DECRETO FEDERAL nº 7.619/11, regulamenta a concessão de crédito presumido do IPI na aquisição de resíduos sólidos.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 362/05, dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 401/08, estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 416/09, dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 450/12, altera os arts. 9, 16, 19, 20, 21 e 22, e acrescenta o art. 24-A à Resolução nº 362/05, do Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA, que dispõe sobre recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA nº 13/12, publica a Lista brasileira de resíduos sólidos, a qual será utilizada pelo Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, pelo Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental e pelo Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos, bem como por futuros sistemas informatizados do Ibama que possam vir a tratar de resíduos sólidos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA nº 1/13, regulamenta o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), estabelecer sua integração com o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-APP) e com o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF-AIDA), e definir os procedimentos administrativos relacionados ao cadastramento e prestação de informações sobre resíduos sólidos, inclusive os rejeitos e os considerados perigosos.

NORMA ABNT NBR 10.004/04 - Resíduos sólidos – Classificação.

NORMA ABNT NBR 10.005/04 - Procedimento para obtenção de extrato lixiviado de resíduos sólidos.

NORMA ABNT NBR 10.006/04 - Procedimento para obtenção de extrato solubilizado de resíduos sólidos.

NORMA ABNT NBR 10.007/04 - Amostragem de resíduos sólidos.

Estadual:

LEI ESTADUAL nº 12.300/06, institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.

DECRETO ESTADUAL nº 54.645/09, regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300/06, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e altera o inciso I do artigo 74 do Regulamento da Lei nº 997/76, aprovado pelo Decreto nº 8.468/76.

DECRETO ESTADUAL nº 55.565/10, dispõe sobre a prestação de serviços públicos de saneamento básico relativos à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos urbanos no Estado de São Paulo.

DECRETO ESTADUAL nº 57.071/11, altera a redação do “caput” do artigo 27 do Decreto nº 54.645/09, que regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300/06, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

DECRETO ESTADUAL nº 60.520/14- Institui o Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos – SIGOR e dá providências correlatas.

RESOLUÇÃO SMA nº 38/11, estabelece a relação de produtos geradores de resíduos de significativo impacto ambiental, para fins do disposto no artigo 19, do Decreto Estadual nº 54.645/09, que regulamenta a Lei Estadual nº 12.300/06.